



## Aprovados R\$ 316 milhões para agricultores atingidos pela seca

Jonas Pereira/Agência Senado



A relatora, Gleisi Hoffmann, criticou fim de ministério, ao lado de Marta, Renan Calheiros, Kátia Abreu e Jorge Viana

Medida provisória que agora será promulgada se destina ao pagamento de benefícios a 440 mil famílias que tiveram a produção afetada devido à estiagem

O benefício vai alcançar agricultores familiares que perderam pelo menos 50% da produção na seca de 2014 e 2015, na área de atuação da Sudene, que envolve o Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. O Garantia-Safra é pago em parcelas pela rede da Caixa Econômica Federal, por tempo determinado. E o valor, definido por um comitê gestor do programa. A proposta que passou ontem no Plenário do Senado já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados e agora será promulgada.

Apesar dos elogios à medida provisória, também houve protestos contra decisões do governo interino de Michel Temer para o setor. Relatora da MP, Gleisi Hoffmann criticou o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que foi incorporado ao do Desenvolvimento Social e Agrário, criado por Temer. José Pimentel, que foi líder do governo Dilma no Congresso, e Kátia Abreu, que foi ministra da Agricultura, condenaram o veto do presidente interino a uma outra MP que tratava da renegociação de dívidas agrícolas no Nordeste. **3**

### Na Comissão do Impeachment, 3 testemunhas inocentam Dilma

Decretos de créditos suplementares chegam para assinatura final na Presidência da República depois de análises

de equipes especializadas, segundo depoentes com experiência em cargos do governo na área econômica. **4 e 5**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senadores decidiram manter em perícia consultor acusado de tomar partido

### Diretor da Aneel apoia autonomia da agência reguladora em debate

Dirigente defendeu a independência financeira das agências reguladoras, hoje vinculadas a ministérios. De-

vido a cortes orçamentários, a Aneel teve que interromper o teletendimento ao consumidor, entre outros serviços. **8**

Pedro Franco/Agência Senado



Audiência na Comissão de Infraestrutura tratou de assuntos ligados à agência



Marcos Oliveira/Agência Senado

José Maranhão, presidente da CCJ, e Valdir Raupp, relator da proposta

### Projeto de lei nacional sobre concursos vai para o Plenário

Proposta com objetivo de evitar fraudes e ineficiência em concursos públicos foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça. De

acordo com a PEC, uma norma geral nacional deverá ser proposta pelo Congresso, e estados e municípios poderão adequá-la a suas realidades. **7**

### Afastamento de Janot terá resposta na quarta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve deliberar na quarta-feira sobre o pedido de impeachment do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O pedido foi formulado nesta semana por duas advogadas, que alegaram parcialidade na Operação Lava Jato. Os senadores pediram cautela e isenção na decisão, o que foi assegurado por Renan. **2**

### Amparo à mulher violentada segue para a Câmara

O Plenário do Senado aprovou ontem, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição que acrescenta, aos objetivos da assistência social, o amparo à mulher vítima de violência, já estabelecido para crianças e adolescentes carentes. Pela proposta, a assistência será prestada independentemente de contribuição à seguridade social. **3**

### Texto fixa prisão para punir racismo pela internet **8**

### Proposta cria fundo emergencial para seca no Nordeste **6**

### Adiada votação de alterações no Supersimples **3**

### Religião deverá justificar falta de aluno a prova **7**

### Avança criação de loteria para ajudar em calamidades **6**

### Comissão aprova reajuste salarial para Judiciário **7**

### Energia alternativa precisa de incentivo, aponta audiência **6**

### Jarbas Passarinho é homenageado pelo Congresso **2**



Presidente do Senado assegurou que será isento ao decidir sobre o pedido de impeachment contra o procurador-geral apresentado por duas advogadas, que apontam parcialidade na Operação Lava Jato

# Renan responde na quarta pedido para afastar Janot

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, informou à Casa que na quarta-feira anunciará a resposta ao pedido de impedimento do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentado por duas advogadas nesta semana. Elas alegam que Janot foi parcial ao dar tratamento diferenciado aos políticos do PT envolvidos na Operação Lava Jato. Renan assegurou que será isento ao tomar a decisão:

— Vamos novamente examinar com o critério de sempre, sem nenhuma preponderância de fatores políticos ou pessoais. Reafirmo que minhas percepções individuais não contaminam minha condução na Presidência do Senado. Instituições não se prestam e não podem servir de biombos para perseguições individuais.

Renan esclareceu que a Constituição determina que os pedidos de impeachment de procurador da República sejam mandados ao Senado para análise do presidente da Casa. Quando ineptos, são arquivados. Caso contrário, seguem o rito de impedimento de autoridades. Defendeu que toda e qualquer pessoa seja investigada.



Renan reafirmou que suas percepções não contaminam o exercício no cargo

Com relação a si mesmo, Renan afirmou que as investigações acontecem com base no ouvi dizer, “sem fato, sem indícios, sem nada, absolutamente sem nada”. Ainda assim, vai depor quando chamado.

— Não é o presidente da instituição. É o senador Renan Calheiros. Fiz questão de depor duas vezes, respondi todas as perguntas que me fizeram, e farei assim com todas as investigações — afirmou.

## Três procuradores

O presidente do Senado também criticou a presença na força-tarefa da Lava Jato de três procuradores que

tiveram suas indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) rejeitadas pelo Senado.

— Talvez o bom senso não recomendasse que essas pessoas continuassem investigando o Senado como instituição, investigando senadores, abusando do poder, fazendo condução coercitiva sem fato que a justifique, busca e apreensão na casa de senador, prisão em flagrante claramente orientada, gravações de senadores de forma ilegal — disse Renan.

Ao exemplificar situações que considera pouco recomendáveis, Renan citou gravações clandestinas, como a que foi feita por um assessor do ex-senador Delcídio do Amaral com o então ministro Aloizio Mercadante.

— Ele [Delcídio] ficaria durante seis meses aqui no Senado gravando senadores, para que essas gravações servissem de materialidade a acusações sem prova — afirmou Renan.

Senadores solicitaram que o pedido de impeachment de Janot seja analisado com completa isenção. Otto Alencar (PSD-BA) recomendou cautela ao presidente do Senado em decorrência do momento que o país vivencia. Ana Amélia (PPRS) elogiou o comportamento de Renan, que pode pautar o de lideranças de outros Poderes. João Capiberibe (PSB-AP) alertou para a delicadeza do momento político.

— Sou um dos críticos deste Senado por não tomar providências com relação a alguns pedidos de investigação de autoridades. Acho que o Senado se omite diante disso. Sugiro total cautela, porque esse é um momento muito delicado. As instituições estão funcionando muito bem, diante de uma crise política terrível — avaliou.

Opinaram, na mesma linha de Capiberibe, Cristovam Buarque (PPS-DF) e Rolfê Rodrigues (Rede-AP).

## Presidente do Senado diz que prestou contas e nega ilegalidade em doações

Renan Calheiros também afirmou que não há, na delação premiada do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, prova de que ele tenha cometido crimes.

— Com relação a mim, eu nunca autorizei ninguém para falar em meu nome em nenhum lugar. Todas as doações que recebi em campanhas eleitorais foram legais, com contas prestadas à Justiça e aprovadas, de modo que não tenho absolutamente nada a temer — declarou.

O presidente do Senado considerou positiva a decisão

do Supremo Tribunal Federal (STF) de tornar públicas as delações.

Em relação à decisão do ministro do STF Teori Zavascki de rejeitar pedido para que Renan fosse preso, o presidente do Senado disse que sempre esteve tranquilo e que os parlamentares têm o direito de ter opinião.

— Os parlamentares são eleitos para ter opinião, para achar. Você ter um entrave a achar, a ter opinião na democracia, eu, sinceramente, jamais imaginei passar por esse estágio — disse.

## Nota pública

A Assessoria da Presidência do Senado Federal divulgou nota pública ontem. Eis a íntegra:

O senador Renan Calheiros reafirma que jamais recebeu recursos de caixa dois ou vantagens de quem quer que seja. Todas as doações de campanhas eleitorais ocorreram na forma da lei, com as prestações de contas aprovadas pela Justiça.

O senador não conhece Felipe Parente e nenhum dos filhos de Sérgio Machado. Mesmo se tratando de denúncia em que o depoente afirma ter “subentendido”, o senador está à dis-

posição, uma vez que já prestou dois depoimentos e fará quantos outros forem necessários.

O senador Renan Calheiros jamais credenciou, autorizou ou consentiu que terceiras pessoas falassem em seu nome em qualquer circunstância. Por fim, o senador afirma que não indicou o delator Machado para Transpetro, como afirmou o próprio Sérgio Machado.

Assessoria da Presidência

## Parlamentares destacam espírito público de Jarbas Passarinho

O Congresso fez ontem sessão especial em homenagem à memória do ex-senador Jarbas Passarinho, que morreu em 5 de junho, aos 96 anos. Lembrado nos pronunciamentos como um homem honrado, de elevado espírito público e dotado de grande amor pelo país, Passarinho, que participou do movimento que levou os militares ao poder em 1964, foi também lembrado por seu empenho posterior na redemocratização.

Coronel reformado, Passarinho governou o Pará na década de 60 e foi ministro por quatro vezes. Exerceu dois mandatos no Senado, chegando à Presidência da Casa na década de 80.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, falou do orgulho da Casa em ter sido comandada por “figura tão

honrada” e lembrou o papel que o ex-senador desempenhou para viabilizar a anistia.

— No atual cenário de intolerância, incompreensão e fanatismo multifacetados, mais do que nunca é preciso homenageá-lo, como forma de aceitar que as pessoas estão sempre permeáveis a mudanças — disse Renan.

O requerimento da homenagem foi do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele lembrou que Passarinho dizia que sua crença nas ideias econômicas liberais não excluía a defesa do papel social do Estado. Os senadores Fernando Collor (PTC-AL) e Paulo Paim (PT-RS) também se pronunciaram.

A solenidade teve presença de autoridades, amigos e familiares do político, que contaram histórias marcantes da vida do homenageado.



No Plenário do Senado, parlamentares e familiares homenageiam Passarinho

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CRA Desperdício de alimentos

8h A comissão promove audiência interativa para instruir projetos sobre o combate ao desperdício de alimentos.

### MP 719/2016 Uso do FGTS

9h A comissão mista da MP que regula o uso do FGTS como garantia para crédito consignado se reúne para instalação e eleição do presidente e do vice.

### MP 720/2016 Lei Kandir

9h10 A comissão mista da MP que regula o repasse da Lei Kandir aos estados se reúne para instalação e eleição do presidente e do vice.

### MP 723/2016 Mais Médicos

9h20 Instalação da comissão mista da MP que prorroga o Programa Mais Médicos e eleição do presidente e do vice.

### MP 724/2016 Cadastro rural

9h30 A comissão mista da MP que prorroga prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural se reúne para instalação e eleição do presidente e do vice.

### MP 725/2016 Títulos rurais

9h40 Instalação da comissão mista da MP que autoriza emissão de títulos rurais indexados à variação cambial e eleição do presidente e vice.

### MP 726/2016 Reforma do Executivo

9h50 A comissão da MP sobre a reforma administrativa do Executivo se reúne para instalação e eleição do presidente e vice.

### IMPEACHMENT Testemunhas

10h A comissão ouve Luiz Claudio Costa, Wagner Vilas Boas, Iara Ferreira Pinheiro, Felipe Daurich Neto e Clayton Luiz Montes.

### CRE Carlos Margariños

10h A comissão instala o Fórum Parlamentar Brasil-Argentina. Depois, audiência interativa com o embaixador da Argentina.

### CMO Dyogo Oliveira

10h A comissão faz audiência pública com o ministro interino do Planejamento sobre a Lei Orçamentária de 2017.

### MINERAÇÃO Requerimento

10h A subcomissão analisa requerimento.

### CE Educação tutorial

10h30 A comissão faz audiência interativa sobre o Programa de Educação Tutorial.

### PRESIDÊNCIA Lançamento de livro

11h30 Renan Calheiros participa do lançamento do livro *20 Horas de História*. Às 16h, ordem do dia.

### PLENÁRIO Receitas desvinculadas

14h Na pauta, PEC que desvincula receitas de municípios, estados e Distrito Federal.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.



# Aprovado benefício a agricultor vítima da seca

Medida libera R\$ 316,2 milhões para pagar o Garantia-Safra a 440 mil famílias que perderam a produção por conta da estiagem entre 2014 e 2015

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem medida provisória (MP) que destina R\$ 316,2 milhões para o pagamento de parcelas do Garantia-Safra. O recurso é destinado a 440 mil famílias de agricultores familiares da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) atingidos pela seca no período 2014–2015. A proposta, aprovada na Câmara em 31 de maio, será promulgada.

O Garantia-Safra foi criado pela Lei 10.420/2002 para socorrer produtores rurais que perderam pelo menos 50% da safra, em decorrência de estiagem ou excesso de chuvas, de culturas como feijão, milho, arroz, mandioca e algodão. É pago em parcelas, pela rede bancária da Caixa Econômica Federal, por tempo determinado, e atende produtores da Região Nordeste, do estado de Minas Gerais e do Espírito Santo. O valor é definido pelo comitê gestor do programa.

Relatora da proposta (MP 715/2016), a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) aproveitou a votação para criticar a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O órgão



Apesar dos elogios à medida, também houve protestos contra o veto a uma outra MP que renegociava dívidas agrícolas

foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, criado pelo presidente interino Michel Temer.

Gleisi lamentou ter de fazer uma emenda de redação à MP para corrigir o novo destino da verba suplementar.

— É um crime contra o Brasil, um crime contra o povo brasileiro. É uma tristeza que sinto hoje ao ter que fazer emenda de redação para dizer que não existe mais um dos ministérios mais importantes criados pelo ex-presidente Lula, que, com a presidente Dilma, estruturaram, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, um programa consistente de desenvolvimento da agricultura familiar — afirmou.

Os senadores Fátima Bezerra (PT-RN) e Roberto Muniz

(PP-BA) também protestaram contra o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fátima classificou a mudança na estrutura ministerial como absurda e “de penalização da população agrária”. Muniz acrescentou:

— O pequeno produtor não pode ser menor na política de agricultura. O ministério trouxe essa dimensão da agricultura familiar, principalmente para os estados do Nordeste.

## Perdas

Na justificativa da MP, o Executivo explicou que cerca de 80% dos agricultores familiares que aderiram ao programa tiveram perdas comprovadas superiores a 50% da produção com a seca de 2014 e 2015, a pior dos últimos 50 anos, segundo o governo. O impacto

social causado pela estiagem exigiu intervenção rápida para garantir a sobrevivência da população.

O senador José Pimentel (PT-CE) destacou a importância da medida, explicando que, no estado dele, os recursos beneficiarão cerca de 280 mil pessoas.

— Esse público é persistente, é trabalhador. Tivemos seca nos últimos cinco anos, mas todo ano eles estão lá plantando, estão trabalhando a terra, para tentar colher, para alimentar a família e também nos alimentar na área urbana — disse o parlamentar.

O senador Roberto Muniz comemorou a aprovação da MP. Ele afirmou que o Benefício Garantia-Safra é um instrumento não só de defesa da agricultura, mas ajuda a

reacender a economia local, evita o êxodo rural e dá opção ao trabalhador para o sustento da família.

Ex-secretário de Agricultura da Bahia, Muniz lembrou que, só em 2016, 152 municípios baianos estão em situação de emergência por conta da estiagem, conforme a Superintendência de Proteção e Defesa Civil da Bahia (Sudec).

## Negociação

Pimentel e outros senadores aliados à presidente afastada Dilma Rousseff reclamaram do veto do presidente interino Michel Temer à MP 707/2015, que tratava de renegociação de dívidas agrícolas no Nordeste. O senador pelo Ceará explicou que a MP era resultado de uma ampla negociação, desde 2003, para permitir que os produtores voltassem a ter acesso ao crédito rural.

Ex-ministra de Agricultura do governo Dilma, a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) criticou o veto, acentuando a dificuldade de os produtores pagarem as dívidas, uma vez que sofrem com a estiagem prolongada.

— São cinco anos de seca total, de total incapacidade de pagamento das dívidas. Com esse veto, só vamos estar colocando esses produtores, que não têm controle sobre a natureza, na inadimplência, impossibilitados de resgatar sua condição de pequeno produtor — afirmou.

## Vai à Câmara amparo do Estado à mulher que sofre violência

Por 63 votos, o Plenário aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que acrescenta, aos objetivos da assistência social, o amparo à mulher vítima de violência. Aprovada por unanimidade nos dois turnos, a PEC 43/2012 de Marta Suplicy (PMDB-SP) será agora encaminhada para a Câmara.

O texto inclui a proteção à mulher vítima de violência ao lado da devida a crianças e adolescentes carentes. Pelo texto, a assistência será prestada independentemente de contribuição à seguridade social.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) avaliou que a PEC significa muito para as mulheres pobres, mais sujeitas à violência de gênero. Para Simone Tebet (PMDB-MS), a defesa da integridade física e mental da mulher passa a ser dever do Estado. Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou que a violência contra a mulher é “sorradeira”, provocada, muitas vezes, por pessoas próximas da vítima. Lúcia Vânia (PSB-GO) disse que o texto inova ao incluir o amparo à mulher vítima de violência no capítulo da Assistência Social da Constituição.

## Adiada votação do projeto do Supersimples

A votação da atualização das regras do Supersimples foi adiada para terça-feira. A intenção era que o substitutivo de Marta Suplicy (PMDB-SP) fosse votado ontem, mas a bancada do PSDB pediu mais tempo para analisar o texto.

Entre as mudanças, está a elevação de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões do teto da empresa de pequeno porte a ser incluída no programa. O limite de receita bruta anual para o enquadramento como microempreendedor individual também deverá passar de R\$ 60 mil para R\$ 72 mil.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) elogiou a forma “sistemiza-

da” com que Marta tratou do assunto. Ele julgou, porém, precipitada a votação ontem, lamentou que o relatório tenha sido disponibilizado apenas às 23h de terça e propôs que a votação fosse adiada.

— É preciso avaliar os impactos nas finanças da União, estados e municípios — disse.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) também pediu mais tempo para votar o substitutivo. Marta disse que adiar seria “procrastinação” e que desconfiava de uma “ação política” no pedido de adiamento.

Tasso repudiou a declaração de Marta e disse que considerava o projeto “ruim”,

mas prometeu estudar as mudanças. Ferraço também criticou a reação da relatora. Depois da discussão, Marta concordou com o pedido de mais prazo.

Antes da votação, o presidente do Senado, Renan Calheiros, se reuniu com líderes para acertar detalhes para a análise do texto. Para Renan, a votação do projeto será decisiva para o país sair da recessão.

Antes do fim da reunião, o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), destacou que ainda havia pontos polêmicos, como a perda de receita que o governo terá nas três esferas.

## Setor de TI deve ter contratações planejadas, afirma auditor

As contratações do setor público no setor de tecnologia da informação estiveram em debate no Instituto Legislativo Brasileiro na segunda-feira. O auditor do Tribunal de Contas da União Carlos Alberto Mamede Hernandez proferiu a palestra “Contratações públicas de TI: aspectos relevantes a

partir de uma visão sistêmica”.

Segundo o auditor, as contratações públicas de bens e serviços de TI deveriam ser planejadas num programa global de aquisição de cada instituição. Seguindo a jurisprudência do TCU, esse instrumento deve ser orientado, por exemplo, pelo plano estraté-

gico institucional. Do mesmo modo, outros instrumentos, como o Plano Plurianual e a Estratégia de Governança Digital — este último no caso de órgãos do Poder Executivo — deveriam ser considerados. Para Hernandez, o sistema de registro de preços, que envolve um processo licitatório pelo

qual fornecedores e produtos são escolhidos para possível aquisição de bens e serviços, é uma opção interessante para reduzir custos na contratação de TI. O auditor também disse ser preciso haver transparência nas contratações de TI, publicando-se os estudos técnicos preliminares que

foram base para a contratação.

O ciclo continua na segunda-feira, às 16h30, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, com o secretário judiciário do TSE, Fernando Maciel de Alencastro, que tratará das regras das eleições municipais de 2016. Mais informações pelo telefone (61) 3303-4701.



Experientes nos trâmites da administração da economia, três depoentes ouvidos ontem pela comissão especial afirmaram que a presidente afastada não teve culpa pelos decretos que motivaram o processo de impeachment

# Testemunhas isentam Dilma por créditos suplementares

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment ouviu ontem três testemunhas que consideram não haver responsabilidade da presidente da República afastada, Dilma Rousseff, alegou que ele não praticou ou presenciou atos relacionados ao processo. Para

denúncia de impeachment. O quarto convocado, o consultor de Orçamentos do Senado Hipólito Gadelha Remígio, foi dispensado porque o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), alegou que ele não praticou ou presenciou atos relacionados ao processo. Para

hoje, estão agendadas mais cinco testemunhas.

O advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, pediu a retirada do consultor do Senado Diego Prandino Alves da coordenação da junta que fará perícia nos documentos do processo.

Cardozo argumenta que Alves tem “forte engajamento” contra a presidente afastada. Lindbergh Farias (PT-RJ) leu mensagens postadas pelo consultor em uma rede social, expressando posicionamentos políticos, e relatou que as mensagens foram apagadas

no dia seguinte à nomeação da junta pericial. O plenário da comissão, porém, decidiu contra o pedido da defesa. O presidente do colegiado, Raimundo Lira (PMDB-PB), informou que aguarda manifestação de Alves. Na sessão, foi comunicado à

comissão que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, indeferiu recurso da defesa contra o tempo máximo três minutos para as testemunhas responderem aos questionamentos. Cardozo disse que encaminhará novo recurso.

## Alteração orçamentária vai pronta para presidente, afirma técnico

O subsecretário de Orçamento e Administração do Ministério da Previdência Social, José Geraldo França Diniz, afirmou que seria humanamente impossível para um presidente da República fazer uma análise técnica de todos os pedidos de suplementação orçamentária que lhe chegam à mesa para assinar. Em seu depoimento, explicou que o processo é complexo e predefinido e, quando chega ao chefe do Executivo, já passou por todas as checagens necessárias de diversos técnicos:

— A presidente Dilma assinou, mas já chegou definido e seria humanamente impossível para ela fazer análise. Tem decreto com 200 páginas de anexos, cálculos e planilhas. Imagina submeter a maior autoridade do país a isso.

Diniz disse que, com toda a segurança jurídica com que são feitos os créditos suplementares e com sua sistemática e padronização, é impossível ter chegado um decreto de crédito para a presidente assinar que não tenha sido objeto “da mais exaustiva análise das diversas instâncias”.

— Difícilmente vai chegar algo errado para ela fazer. Eu diria até que é impossível isso acontecer — afirmou.

### Sem dolo

A informação da testemunha reforçou o argumento dos aliados de Dilma de que ela não agiu com dolo ao assinar os decretos.

— A presidente assina o decreto, mas não tem responsabilidade objetiva sozinha. Quando ela assina, sabe que técnicos já analisaram, inclu-

sive se está compatível com a lei — afirmou a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Lindbergh Farias (PT-RJ) reclamou do esvaziamento da comissão e chegou a pedir um intervalo. Por volta das 15h, havia apenas sete senadores na sala, “numa clara estratégia dos aliados do presidente interino Michel Temer”, segundo ele:

— Está havendo interferência do governo provisório aqui dentro para que senadores não falem e abram mão de perguntar. Na verdade, estão todos morrendo de medo do deputado Eduardo Cunha, pois uma delação dele derruba o governo de cima a baixo.

Ataídes de Oliveira (PSDB-TO) protestou e disse que não tinha pergunta a fazer a uma testemunha filiada ao PT. Janaína Paschoal, uma das autoras da denúncia que originou o processo de impeachment, foi na mesma linha:

— É importante, sim, deixar claro que a testemunha tem uma vinculação.

Diniz se defendeu: — Estou aqui como técnico concursado, e não como representante de partido. Ao longo de minha carreira, nunca ocupei cargo por indicação.

Janaína Paschoal pediu à presidência da comissão para não aceitar testemunhas que não soubessem responder aos parlamentares. A teoria dela é que a defesa está arrolando pessoas para ganhar tempo.

O advogado de defesa José Eduardo Cardozo protestou: — Não se pode fazer juízo de valor sobre as testemunhas, nem ofendê-las. Fazer referências depreciativas é inaceitável — disse Cardozo.



Araújo frisa que tribunal e Legislativo devem detectar falhas em execução orçamentária

## Consultor diz que TCU e Congresso não alertaram sobre irregularidades

O governo federal não recebeu alertas, ao longo de 2015, de que haveria irregularidades nos decretos orçamentários que motivam a denúncia contra a presidente afastada Dilma Rousseff, afirmou o consultor jurídico do Ministério do Planejamento Walter Baere de Araújo Filho.

Ele explicou que tanto o Tribunal de Contas da União (TCU) quanto o Congresso têm atribuições e mecanismos de fiscalização para detectar quando a execução orçamentária está em desacordo com as metas fiscais.

— O TCU, sobretudo, tem o dever legal específico de fazer alertas quando há possibilidade de não atingir as metas fiscais. O Congresso tem a função de fiscalizar o Executivo. Sou consultor do Planejamento há quatro anos e não tenho conhecimento de nenhum alerta nesse período.

Para Araújo, a edição dos decretos não violou nenhum dispositivo da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. Ele explicou que a Consultoria Jurídica do Planejamento se baseou em nota técnica da Secretaria de Orçamento Federal para atestar a adequação jurídica de cada decreto.

O relator do processo de impe-

achment, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), e a advogada de acusação Janaína Paschoal perguntaram que situação fiscal consultoria levou em consideração para validar os decretos: a disposta na LOA ou a nova meta proposta por um projeto de lei que ainda seria votado pelo Congresso. Araújo disse que a execução orçamentária é influenciada por fatores dinâmicos e, por isso, não é possível avaliar os decretos a partir de um único momento no tempo.

— Se a interpretação jurídica é plausível, entendo que não há que se falar em irregularidade. Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentou documento do TCU de junho de 2015 que foi enviado ao governo e questiona a elaboração dos decretos. Ele quis saber se esse documento não configura o alerta do tribunal. O consultor disse que apenas decisões do Plenário do tribunal podem ser consideradas alertas formais.

Araújo participou da defesa de Dilma na primeira fase do processo de impeachment. Por isso, prestou depoimento como informante, e não testemunha. Suas declarações não são necessariamente consideradas provas.

## Livro com a íntegra da sessão que aprovou afastamento de Dilma será lançado hoje

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou o lançamento do livro *20 Horas na História*, com a íntegra dos discursos e fotografias da sessão dos dias 11 e 12 de maio em que foi aprovada a abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O lançamento será hoje, às 11h30, na Presidência da Casa. A publicação foi elaborada pela Secretaria de Comunicação Social do Senado.



Reprodução

Renan Calheiros: créditos são exaustivamente analisados por diversas instâncias



Frância Diniz: créditos são exaustivamente analisados por diversas instâncias

## Senado recebe análise parcial da prestação de contas de 2015

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Múcio Monteiro entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a primeira parte da análise de prestação de contas do governo federal referente a 2015. Segundo o ministro, os técnicos do TCU apontaram indícios de irregularidades no relatório e foi dado à Presidência da República prazo de 30 dias para os esclarecimentos.

— Evidentemente, não podemos dizer, a priori, que todos os indícios são definitivos. O ótimo seria que todos tivessem respostas que satisfizessem as dúvidas dos técnicos do TCU. Dos 23 indícios listados, há remanescentes das contas do ano passado e questionamentos novos — esclareceu Monteiro. Reunidos ontem pela manhã, os ministros do TCU entende-

ram que as contas do governo não estão ainda em condições de serem apreciadas devido a possíveis irregularidades, como a abertura de crédito extraordinário por meio de medidas provisórias sem os requisitos constitucionais, manutenção do

saldo de dívidas da União com bancos públicos, realização de novas operações de crédito e abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais incompatíveis com a meta fiscal prevista na lei orçamentária. (Com informações do TCU)



Presidente do TCU, Aroldo Cedraz, entrega análise a Renan, junto com Monteiro

## Renan: ajuste maior só depois de decisão sobre impeachment

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defende que as propostas que signifiquem um aprofundamento do ajuste fiscal sejam analisadas depois da decisão da Casa sobre o impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff. Ele disse ontem em entrevista coletiva ter expressado a opinião em conversa com o presidente interino, Michel Temer, na noite de terça-feira.

— Quando você compatibiliza o aprofundamento de um ajuste fiscal com recessão na economia, a tendência é a crise se agravar. Como estamos vivendo um período de interinidade, acho que essas mudanças fundamentais poderiam ser transferidas para depois da decisão definitiva do Senado — afirmou.

Renan se referiu principalmente à proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabeleça um teto para os gastos públicos, apresentada por Temer. De todo modo, Renan disse que a PEC é importante porque servirá de referência ao país.

— Não podemos perder as referências. Conceder um aumento de R\$ 67 bilhões a servidores e negar incentivos às micros e pequenas empresas. Ainda mais em um ano em que 150 mil microempresas saíram do Supersimples por inadimplência. Nós temos que repor a diferença e isso significa dar racionalidade ao gasto público — opinou.

Questionado sobre se estaria se distanciando do governo Temer ao pautar o projeto que trata do Supersimples, Renan respondeu que o Congresso e o Executivo estão cada vez mais próximos.

— Eu vou ter com o presidente Temer a mesma relação institucional que tive com a presidente Dilma. Eu vou construir a convergência para o que for

de interesse nacional e, dessa forma, vou fazer o meu papel.

### Obras

Renan propôs a Temer um levantamento das obras inacabadas no país. O senador lembrou que o Congresso aprovou o projeto que autoriza o governo a fechar o ano com um saldo negativo de até R\$ 170,5 bilhões nas contas. E disse que, nesse cenário, não tem sentido abandonar as obras inacabadas e começar outras.

— O fundamental, até para gerar empregos e retomar obras abandonadas pelas próprias empresas, é fazer um levantamento e criar na Lei de Diretrizes Orçamentárias critérios para a priorização dessas obras. Ele também cobrou providências para a quitação dos chamados restos a pagar no Orçamento da União — contas de um ano que o governo deixa para pagar no ano seguinte.

— Se nós continuarmos com deficit orçamentário e R\$ 250 bilhões de restos a pagar, não vamos nunca retomar a normalidade desses investimentos. E na medida em que nós os abandonamos (falo nós como governo, incluindo todos os Poderes), estamos agravando o desperdício, que já é muito grande — avaliou.

### Estatais

Renan disse ainda que o Senado deve manter o texto original do projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais, que visa dificultar indicações políticas e corrupção nessas empresas. A Câmara fez mudanças no texto aprovado pelo Senado e a proposta vai voltar para nova análise dos senadores.

Perguntado se a Câmara teria afrouxado as regras para nomeações, Renan não quis comentar, mas disse que o Senado deve

resgatar o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

— A tendência do Senado é repor tudo o que a Câmara rejeitou, para que nós tenhamos critérios indiscutíveis em relação ao preenchimento dos cargos das estatais. Eu acho que cabe ao Senado repor aquilo que era a linha-mestra do parecer do senador Tasso Jereissati, que foi brilhante, consentâneo com a necessidade do Brasil — disse.

### Mais Médicos

À tarde, em Plenário, Renan afirmou que o Congresso fará o que for possível para garantir os recursos mínimos para continuidade do Programa Mais Médicos. Ele respondia a uma questão de ordem feita pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) na sessão de terça-feira. Randolfe cobrou a instalação imediata da comissão mista (senadores e deputados) que vai analisar a Medida Provisória (MP) 723/2016.

A MP, que prorroga por mais três anos o programa criado em 2013, está há 45 dias em tramitação no Congresso, sem que a comissão mista que a examinará tenha sido instalada. O presidente do Senado se comprometeu a conversar com o presidente Michel Temer para assegurar a manutenção do programa.

— Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós deveremos, com o presidente da República e com o Congresso Nacional, acenar no sentido da continuidade desse programa. Está havendo uma boataria muito grande, no interior do país, em vários estados, com relação à interrupção do programa. E eu queria dizer, de parte da Presidência do Senado Federal, com a responsabilidade que todos temos, que esse programa vai continuar — declarou.

## Alvaro defende ações de controle de gastos públicos

Alvaro Dias (PV-PR) manifestou apoio às medidas anunciadas pelo presidente em exercício Michel Temer para controlar a dívida pública. Entre elas, a que extingue mais de 4 mil cargos comissionados e a que limita o aumento do gasto público à variação da inflação.

O senador salientou que o dinheiro público é parte do salário dos trabalhadores brasileiros, que precisam, com os parlamentares, fiscalizar onde está sendo gasto cada centavo.

— O debate no Brasil sobre a desmistificação do conceito da expressão “dinheiro público” precisa ser promovido pelo Parlamento.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Lasier pede reforma política e critica leniência partidária

Depois da Lava Jato, o Brasil precisa rever seu modelo eleitoral e partidário para evitar corrupção, como a fraude nos financiamentos de campanha e o enriquecimento ilícito de políticos e empresários, disse Lasier Martins (PDT-RS).

O senador criticou qualquer tentativa de adotar o acordo de leniência partidária, em que os partidos reconheceriam crimes e pagariam multas em troca de penas mais brandas.

— A lei já prevê o destino dos partidos que infringirem ditames legais, o que pode levar à cassação do registro. Se apanhados, que a lei seja aplicada.

## Humberto destaca possibilidade de cassação de Cunha

Humberto Costa (PT-PE) comemorou a decisão do Conselho de Ética da Câmara, que aprovou o relatório que pede a cassação do presidente afastado da Casa, Eduardo Cunha. Para o senador, a decisão demonstra que o poder político do deputado estaria com os dias contados.

O senador também disse haver notícias de que Cunha estaria cogitando fazer delação premiada, caso seja cassado.

— Se delatar, vai dizer tudo o que sabe. E é bom que o faça. O Brasil precisa saber tudo o que ele tem a contar. Não sei se é por isso que [Michel] Temer está com tanto receio.



Jefferson Ruy/Agência Senado



Uso de energias renováveis como a solar e a eólica precisa de investimento, redução de impostos, financiamento e tecnologia para crescer no país, avaliaram especialistas

# Debate aponta desafios para energia alternativa

COM TECNOLOGIA NACIONAL, incentivos fiscais e investimentos, o Brasil pode aumentar a produção e o uso de energias renováveis não hidráulicas com tarifas mais baixas. Essa foi a posição defendida por representantes do setor de geração de energia solar e eólica que participaram ontem de audiência da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

O uso de fontes alternativas de energia no combate à emissão de gases do efeito estufa é compromisso assumido pelo Brasil na 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP-21).

No campo energético, uma das metas brasileiras é alcançar participação estimada de 45% de energias renováveis na matriz energética em 2030, a partir da expansão do uso de fontes renováveis.

Para a coordenadora do Greenpeace Bárbara Rubim, a



Comissão mista ouve representantes do Greenpeace e do setor de geração eólica e solar sobre perspectivas para o Brasil

solução para o Brasil é diversificar e descentralizar a matriz, produzindo energia mais perto do centro consumidor, o que reduz a perda de eletricidade. Ela condenou o uso de termelétricas e a intenção do governo de construir mais hidrelétricas.

## Geração caseira

O presidente-executivo da Associação Brasileira de Ener-

gia Solar Fotovoltaica, Rodrigo Sauer, defendeu o uso de fontes alternativas. Ele disse que em várias regiões do país já é mais barato gerar energia elétrica em casa, usando sistema fotovoltaico, do que comprar essa energia de terceiros:

— Faz cada vez mais sentido para as residências brasileiras investirem nesse segmento.

Coordenador técnico da

Associação Brasileira das Empresas de Energia Eólica, Sandro Yamamoto destacou o papel dos parques eólicos no Nordeste. De 30% a 40% do abastecimento nos horários de pico vem desse tipo de energia na região, relatou. Ele disse que a energia eólica (que ocupa cerca de 6% da capacidade da matriz elétrica brasileira) apresenta o melhor desempenho no

mundo em parques instalados:

Apesar do grande potencial, o uso do sol e do vento para gerar energia enfrenta desafios para reduzir custo e aumentar produtividade. Entre eles, os debatedores apontaram a necessidade de financiamento, mais investimentos em tecnologia nacional para aumentar eficiência e menor carga tributária, com isenção de impostos.

Desafios também citados pelo vice-presidente da comissão, Cristovam Buarque (PPS-DF). O senador é autor de projeto que determina que empresas do setor elétrico destinem recursos a pesquisas em fonte alternativa (PLS 696/2015).

A liberação de linhas de crédito, principalmente a pessoas físicas, para consumo de energia solar foi uma das sugestões apresentadas pelos participantes do debate, além da liberação do FGTS para sistemas fotovoltaicos.

## Avança fundo para emergências em casos de seca

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou a criação do Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas (Fasec), para enfrentar a estiagem no Nordeste. O novo fundo consta do PLS 791/2015, de José Agripino (DEM-RN), que segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto cria o fundo no âmbito do Poder Executivo, determinando que seja gerido por um conselho deliberativo com apoio técnico e administrativo do órgão que executa

a Política Nacional de Defesa Civil e representantes do Senado, da Câmara, dos estados e dos municípios. Segundo o autor da proposta, mais de 1.000 municípios e 22 milhões de pessoas foram afetados pela última seca na região, causando perdas na lavoura estimadas em R\$ 3,6 bilhões.

O projeto assegura R\$ 1 bilhão ao Fasec, em cada exercício financeiro, a ser atualizado pela variação acumulada da receita corrente líquida da União. O saldo dos recursos não aplicados no mesmo exercício poderá ser destinado, no ano

subsequente, à construção de reservatórios de água, sistemas de captação de água e adutoras ou ser mantido como reserva para atendimento às eventuais e futuras emergências ou calamidades decorrentes das secas. Para o relator, Elmano Férrer (PTB-PI), o projeto é “altamente meritório”.

— Situações de emergência e de calamidade pública se sucedem ano após ano sem a devida sistematização de procedimentos indispensável para tornar mais ágil e eficaz o tratamento às vítimas de desastres naturais — disse.

## Loteria pode ser criada para socorrer calamidade pública

A realização de concursos especiais de loterias, cuja renda líquida deverá ser destinada para cidades em estado de calamidade pública, foi aprovada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O projeto de Dário Berger (PMDB-SC) segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Com o objetivo de agilizar o sorteio, o PLS 56/2016 propõe que a Caixa Econômica Federal realize o concurso no máximo em 20 dias contados da data de reconhecimento da calamidade pública no município pelo governo federal. A Caixa deve repassar diretamente aos municípios, no prazo máximo de três dias, os recursos cabíveis.

Dário esclarece que a proposta não tem a pretensão de substituir ou dispensar as ações previstas na Política Nacional de Proteção e Defesa

Civil. O texto busca apenas conferir uma fonte ágil de recursos adicionais para que os municípios possam oferecer socorro emergencial, explica.

Segundo o projeto, relatado por Elmano Férrer (PTB-PI), 58% do montante arrecadado nessas loterias específicas seria destinado ao rateio entre as cidades. O relator acolheu uma emenda apresentada posteriormente por Dário determinando que 28% do volume arrecadado será destinado aos vencedores do sorteio, 5% para a Caixa e 9% aos lotéricos.

— A rapidez no enfrentamento às calamidades é fundamental e exige a imprescindível disponibilidade de recursos, visando à execução de ações de socorro e assistência às vítimas, que muitas vezes perdem tudo, e o restabelecimento de serviços essenciais — argumentou Férrer.

## Comissão avaliará programa para aviação regional

O Programa de Desenvolvimento da Aviação Civil Regional foi a política pública escolhida para ser avaliada este ano pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O requerimento de Welling-

ton Fagundes (PR-MT) e Dalirio Beber (PSDB-SC) foi aprovado ontem na comissão.

Para Dalirio, o programa tem uma grande importância para o desenvolvimento do país e a comissão pode colaborar para impulsionar o setor.

— Esta comissão pode fazer um grande trabalho no sentido de orientar o próprio governo para que tenhamos uma aviação civil eficiente e para que ela seja acessível a todas as camadas sociais — afirmou o senador.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Vai a Plenário proposta de lei geral sobre concursos públicos

De acordo com texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, norma nacional deverá ser elaborada pelo Congresso. Estados e municípios poderão adequá-la a suas realidades

**PROBLEMAS ENFRENTADOS POR** candidatos a concurso público, como editais pouco divulgados, prazo curto de inscrição, ausência de indicações bibliográficas e taxas de inscrição elevadas, são combatidos em proposta de emenda à Constituição aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A PEC 75/2015, do ex-senador Douglas Cintra, deve ser submetida a duas sessões de discussão e votação no Plenário do Senado.

Douglas chamou a atenção para a ocorrência dessas distorções e fraudes, especialmente nos concursos em municípios de pequeno porte.

A intenção do autor da proposta é abrir caminho para a elaboração de uma lei nacional com regras gerais para concursos públicos da União, dos



José Maranhão (sentado) preside reunião da Comissão de Constituição e Justiça que aprovou o projeto

governos estaduais e das prefeituras.

A PEC, que teve Valdir Raupp (PMDB-RO) como relator, dá ao Congresso a iniciativa dessa lei, sendo concedida autonomia a estados, a municípios e ao Distrito Federal para adequarem-na a suas realidades, como competência legislativa concorrente.

Segundo Raupp, o instituto do concurso público é uma das maio-

res conquistas do povo brasileiro e representa um dos mecanismos mais democráticos e republicanos de acesso aos cargos e empregos públicos em nosso país.

Por isso, de acordo com o relator, não se pode admitir a continuidade da ocorrência de fraudes e de ineficiência em concursos, conforme vem sendo relatado em notícias.

## Avançam reajustes para Judiciário e Ministério Público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projetos que reajustam os salários dos servidores do Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Essas propostas, já aprovadas pela Câmara dos Deputados, seguirão agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes da votação em Plenário.

O PLC 26/2016 prevê reajuste de 12% no vencimento básico de analistas e técnicos do MPU, em oito parcelas, de forma escalonada, de junho de 2016 a julho de 2019. Também eleva o percentual da gratificação de atividade do Ministério Público da União, incidente sobre o vencimento básico, de 90% para 140%, de forma escalonada, até 2019.

O projeto ainda disciplina a concessão de adicional de qualificação e de gratificações de perícia (atribuída a analista do CNMP que realiza atividade fora de seu ambiente de trabalho), de projeto e de atividade de segurança. E reajusta os valores da retribuição pelo exercício de cargo em comissão a partir de 1º de junho deste ano.

O PLC 29/2016 estabelece reajuste de aproximadamente 41,47% para os servidores do Judiciário da União. O aumento será dado, de forma escalonada, em oito parcelas, de junho de 2016 a julho de 2019. A gratificação judiciária, hoje correspondente a 90% do vencimento básico, chegará gradualmente a 140% em janeiro de 2019. O projeto também concede, a partir de janeiro de 2016, reajuste de até 25%

para os cargos em comissão, mesmo percentual usado para comissões do Executivo.

Também pela proposta, técnicos judiciários com curso superior receberão adicional de qualificação. Atualmente, a Lei 11.416/2006, que trata das carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, garante esse adicional só para servidores com mestrado, doutorado ou especialização.

Os relatores dos reajustes para o Judiciário e para o Ministério Público, respectivamente José Maranhão (PMDB-PB) e Valdir Raupp (PMDB-RO), acolheram os argumentos das duas instituições de que as correções são necessárias em função de defasagens salariais das respectivas categorias.

## Riscos à saúde no trabalho poderão ter cobertura na lei

Projeto que amplia a cobertura ao trabalhador que exerce atividades em condições de risco à saúde foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PLS 261/2010, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A proposta recebeu parecer favorável,

com emenda, do relator, Paulo Paim (PT-RS), e segue para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), em decisão final.

Parte das mudanças na CTL previstas no projeto já passaram a valer com a publicação da Lei 12.740/2012, como a proteção para os trabalhadores do setor de energia elétrica. Paim percebeu, no

entanto, trechos do projeto que poderiam trazer avanços e os aproveitou na forma de emenda. Assim, também deverão ser classificadas como atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, "ofereçam condições de acentuado risco à integridade física" do trabalhador.

Outra inovação destacada por Paim foi deixar expresso que a cobertura inserida na CLT se aplica aos empregados de empresas cuja atividade envolva risco de acidentes de natureza grave.

O custeio dos encargos decorrentes de seguro de acidente de trabalho por conta da previdência social será atendido pelas contribuições previdenciárias a cargo da União, da empresa e do segurado, com um acréscimo, exclusivamente para a empresa em cuja atividade o risco de acidente de trabalho seja considerado grave, de 2,5% do valor da folha de salário de contribuição dos segurados, explicou o relator.

## Motivo religioso deverá justificar ausência escolar

Estudantes poderão ter o direito de faltar aula ou prova marcada para dia proibido sua pela religião. A proposta (PLC 130/2009) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na forma de substitutivo do relator, Paulo Paim (PT-RS).

A mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) segue, agora, para votação final na Comissão de Educação (CE).

A possibilidade deverá ser aberta a alunos de qualquer nível de ensino, matriculados em escola pública ou privada. O pedido de ausência terá de ser encaminhado previamente por requerimento fundamentado.

O substitutivo prevê ainda a oferta, sem custo para o estudante, de duas possibilidades a serem escolhidas pela escola. Uma é a realização de prova ou aula de reposição em data diferente, em horário negociado. A segunda é a cobrança de um trabalho escrito ou outra atividade de pesquisa.

Paim tentou evitar, por meio do substitutivo, eventuais excessos nas ausências a aulas e provas já programadas. O direito a reposição será assegurado apenas àqueles alunos que o pleitearem, por meio de requerimento no qual indiquem ser vedada, pelos preceitos de sua religião, a realização das atividades escolares no dia no qual elas ocorrerão. As medidas passam a valer 60 dias depois da vigência da lei.

## Mudança na Lei Maria da Penha será debatida na próxima semana

Audiência pública na quarta-feira deverá orientar a votação de projeto que altera a Lei Maria da Penha. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai debater a possibilidade, prevista no PLC 7/2016, de o delegado de polícia aplicar provisoriamente, até decisão judicial, medidas de proteção emergenciais em caso de risco à vida ou à integridade física e psicológica da mulher vítima de violência doméstica ou de seus dependentes. O requerimento de debate foi apresentado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— Esse projeto é meritório e o debate, fundamental e imprescindível, pois um único item tem causado muita divergência — disse.

Simone Tebet (PMDB-MS) disse concordar com uma discussão prévia desde que a proposta seja votada na próxima semana. O PLC 7/2016 tem parecer favorável do relator, Aloysio Nunes (PSDB-SP), e, depois de examinado pela CCJ, seguirá para o Plenário.

O debate deve contar com a participação de representantes da Associação de Magistrados do Brasil (AMB), da Associação dos Delegados de Polícia (Adepol), da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), do Ministério da Justiça, do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), da União Brasileira de Mulheres (UBM) e da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF).



Relator, Paim aproveitou avanços na lei trabalhista que não foram previstos em mudança feita em 2012



# Diretor da Aneel quer autonomia financeira

Em debate, Romeu Rufino defendeu ideia do governo de dar independência orçamentária às agências reguladoras e pediu a aprovação de PEC em análise no Congresso

O DIRETOR-GERAL DA Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, defendeu ontem, em audiência pública na Comissão de Infraestrutura (CI), a autonomia operacional e financeira da autarquia.

Uma das propostas em estudo no governo é transformar as agências reguladoras em unidades orçamentárias independentes. Hoje dependem dos ministérios aos quais estão vinculadas. A Aneel, por exemplo, está dentro do orçamento do Ministério de Minas e Energia.

Recentemente a Aneel teve que interromper serviços em decorrência do corte orçamentário, como o teleatendimento ao consumidor. Após dois cortes consecutivos, o orçamento da agência reguladora havia sido reduzido para R\$ 44 milhões no dia 1º de abril deste ano. O orçamento original — R\$ 120 milhões — só foi restabelecido após a aprovação da nova meta fiscal, que permitiu ao governo aumentar o déficit fiscal de 2016 para R\$ 170,5 bilhões.

Se transformada em unidade orçamentária independente, observou Rufino, a Aneel não fica livre de cortes, mas poderá negociar diretamente com o Ministério do Planejamento.

— Para este ano está resolvido, mas acho que temos um problema estrutural que precisa ser tratado — disse.

Rufino defendeu a aprovação de projetos em análise no Congresso, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/2009, que trata da competência, organização e funcionamento das agências reguladoras:

— Não é raro haver confusão de vinculação com subordinação. Na perspectiva que nós temos de uma agência de Estado, ela tem que ter autonomia decisória e condição de desempenhar seu papel independentemente do Executivo. A decisão de uma agência reguladora tem que ser a última instância administrativa.

Entre outros pontos, a PEC determina que as causas referentes a assuntos regulatórios de competência das agências somente possam ser questionadas nos tribunais regionais federais. Segundo o diretor da Aneel, há uma excessiva judicialização na primeira instância, o que compromete o trabalho fiscalizador da agência.

O dirigente defendeu a revisão de subsídios financiados via conta de energia e que são pagos por famílias



Presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho comanda audiência entre os diretores da Aneel Romeu Rufino e Tiago Correia

e empresas. Segundo ele, os subsídios são necessários para o desenvolvimento inicial de segmentos do setor elétrico, mas devem ser retirados posteriormente.

— Hoje temos um valor muito importante de subsídios cruzados dentro do setor elétrico, que está impactando a conta. É oportuno revisitar o tema para ver se algum ajuste precisa ser feito.

## Microgeração

Senadores questionaram o diretor-geral da Aneel sobre desafios do setor elétrico. Um dos pontos levantados foi a necessidade de criação de

uma política mais arrojada de incentivo à microgeração de energia a partir de fontes renováveis. Aumentar a geração caseira, para Eduardo Braga (PMDB-AM), ajudará a baratear a conta de luz:

— O Brasil precisa reduzir o custo da energia elétrica, não por decreto, mas por uma profunda mudança estruturante. Investir na microgeração distribuída, gerando energia mais barata e em localidades isoladas é fundamental.

Outros senadores, como Wilder Moraes (PP-GO) e Dalirio Beber (PSDB-SC), apoiaram a criação de meios para tornar mais atraente a geração de

energia em casa a partir do sol e do vento.

— Precisamos de uma política para incentivar a geração na ponta, onde a energia é consumida — apontou Dalirio.

Roberto Muniz (PP-BA) alertou sobre a importância do tema para a geração de empregos e renda e para a retomada do crescimento da economia:

— Hoje nós temos uma perda avaliada em torno de R\$ 150 bilhões por ano pela falta de rodovias, de ferrovias, da logística que requerem os setores de portos e aeroportos e também o setor de saneamento.

# Comissão aprova prisão para crimes de racismo pela internet

Pena de prisão para quem cometer crimes de racismo e discriminação pela internet, inclusive para aqueles que repassarem as ofensas adiante. É o que prevê o PLS 80/2016, de Paulo Paim (PT-RS), aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem.

A proposta, que atualiza a lei de racismo no Brasil, também dá ao juiz a possibilidade de interditar mensagens ou páginas de acesso público.

Sendo assim, quem for acusado de preconceito por raça, cor, etnia, religião ou nacionalidade cometido por meio

da internet, ou de qualquer outra rede de computadores destinada ao acesso público, poderá ser condenado a pena de reclusão de dois a cinco

anos, além de multa.

A relatora original, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), foi substituída na reunião por Telmário Mota (PDT-RR).



Para Telmário Mota, que leu relatório, anonimato incentiva delitos pela web

Durante a leitura do parecer, o senador lembrou que a internet é tida por muitos como “território livre”, sendo usada como cenário da manifestação de discriminações e preconceitos variados. O aparente anonimato e a ausência de confrontação física, disse Telmário, incentivam a prática criminosa, o que a proposta pretende alterar. Segundo ele, o direito não pode ficar alheio à realidade trazida pela modernidade digital.

O senador afirma no relatório que qualquer iniciativa que objetive coibir os excessos de comportamento, incenti-

vando o cultivo civilizado das diferenças, será sempre bem-vindo, especialmente em um momento “em que a sociedade se encontra profundamente dividida e em que proliferam comportamentos marcados pela agressividade e pela intolerância, que ofendem os valores que aprendemos a respeitar como fundadores da nação brasileira”.

O projeto segue agora para análise da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e, depois, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde acontecerá a votação final.

## É preciso fomentar o crescimento econômico, diz Armando Monteiro

Armando Monteiro (PTB-PE) cobrou debate mais profundo sobre a baixa produtividade na economia brasileira.

O senador destacou o Programa Brasil Mais Produtivo, que lançou em abril, quando era ministro do Desenvolvimento. Ele calcula que,



no primeiro ano do programa, 3 mil pequenas indústrias serão contempladas com a assistência de consultores. Armando espera que elas recebam prioridade no financiamento pelo BNDES.

— Dessa forma, terão condições de dar um salto adicional.

## Ângela se preocupa com veto a MP que barateia energia no Norte

Ângela Portela (PT-RR) se disse preocupada com a notícia de que o presidente interino Michel Temer pretende vetar o projeto de lei de conversão que substituiu a Medida Provisória 706/2015, aprovado no Senado no final de maio. A MP trata de geração, transmissão



e distribuição de energia elétrica e estabelece medidas que, para a senadora, vão garantir energia barata à Região Norte.

— Toda a Região Norte depende dessas medidas para contar com energia elétrica a custos compatíveis com as demais regiões do país.

## Simone celebra 101 anos de Três Lagoas e vigor econômico local

O aniversário de 101 anos do município de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, foi lembrado ontem por Simone Tebet (PMDB-MS). Natural da cidade, ela destacou os avanços locais nos últimos dez anos.

Segundo a senadora, no período a arrecada-



ção do município saltou de R\$ 88 milhões para R\$ 432 milhões e o produto interno bruto (PIB), de R\$ 983 milhões para R\$ 6,4 bilhões.

Tudo isso, segundo ela, que foi prefeita da cidade, graças a medidas que incentivaram a instalação de empresas.